

## A Patrimonialização e a Turistificação do Contrabando\*

Luís Silva

Departamento de Antropologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

[luis.silva98@gmail.com](mailto:luis.silva98@gmail.com)

in: Eduarda Rovisco, Inês Fonseca e Dulce Freire (Eds.), 2009, *Contrabando na Fronteira Luso-espanhola. Práticas, Memórias e Património*. Lisboa: Nelson de Matos, 255-287

-- Cite a versão publicada, s.f.f. --

### Introdução

Ao longo de mais de 1200 quilómetros compreendidos entre a foz do rio Minho e a foz do Guadiana, a fronteira terrestre entre Portugal e Espanha apoia-se frequentemente em acidentes naturais e coincide muitas vezes com cursos de água de maior ou menor envergadura, sendo noutros sectores marcada através de obras de natureza vária, como sistemas hidráulicos de moagem de cereais, caminhos, marcos e capelas<sup>1</sup>. Esta linha de fronteira, cujo historial se encontra detalhadamente descrito noutra lugar (Barreiros 1961; Cordero Torres 1960; Silva 2000, 19-26), propiciou ao longo dos tempos a emergência de uma trama cultural carregada de diversas especificidades, estreitamente associadas ao seu carácter liminar, que une e separa, articula e desarticula, gerando entraves e oportunidades à volta da sua travessia.

A prática do contrabando é uma componente da cultura de fronteira que ilustra as oportunidades que dela se podem extrair, assumindo-se num passado recente como um dos recursos basilares da economia de muitos habitantes de ambos os flancos da raia (cf., por exemplo, Godinho 1995; Manso 2006; Uriarte 1994, 57-121; Valcuende del Rio 1998, 287-325). As mercadorias ilegalmente transacionadas entre os dois flancos da raia foram muitas e variadas – gado, tabaco, loiças, vestuário, minério, calçado, bebidas, café, guloseimas, pão, medicamentos, etc. O sentido dos fluxos dependia (e depende) do mercado, i.e., da oferta e da procura, assim como da diferença de preços e das oscilações cambiais. A prática do contrabando tinha diferentes protagonistas com diferentes graus de envolvimento, que tinham que ludibriar ou corromper as autoridades que faziam o policiamento da fronteira, cuja função era controlar e inclusivamente impedir os fluxos de pessoas e mercadorias através da linha de demarcação, os guardas-fiscais e os carabineiros.

A partir de 1986, com a adesão de Portugal e Espanha à Comunidade Económica Europeia e consequente adopção de uma política de livre circulação de pessoas, mercadorias e capitais entre os Estados membros, este contrabando (romântico e tradicional) deixou de existir enquanto prática, substituindo apenas no espaço da memória<sup>2</sup>. Entretanto, o contrabando tem vindo a ser nos últimos anos objecto de patrimonialização e turistificação nos moldes descritos neste texto, que pretende fornecer alguns elementos empíricos e teóricos de reflexão em torno de tais processos, ainda que

---

\* Agradeço os comentários e sugestões feitos por Ana Delicado a uma versão preliminar deste texto, assim como as indicações de Eduarda Rovisco.

<sup>1</sup> A descrição detalhada da raia luso-espanhola pode encontrar-se em Cordero Torres (1960, 281-284).

<sup>2</sup> A passagem ilícita de produtos e pessoas através da fronteira continua a existir, inclusivamente numa escala maior do que antes desta data. Trata-se do narcotráfico e do comércio de armas, bem como de indivíduos considerados fora da lei, criminosos fugidos à justiça e imigrantes clandestinos.

de forma impressionista. De modo sequencial, abordar-se-ão os componentes da pós-ruralidade em Portugal, as questões de património e turismo, o contrabando, a musealização do contrabando e as rotas do contrabando que nos últimos anos têm vindo a ser reactivadas e inseridas no mercado turístico.

### **Os componentes da pós-ruralidade em Portugal**

Desde meados do século XX, os campos do país entraram num processo de mudança traduzível num triplo movimento de perda demográfica, retracção dos usos agrícolas do solo e desenvolvimento da actividade turística. Por volta de 1960, as freguesias rurais de Portugal entraram num processo progressivo de perda demográfica que inverteu a tendência de crescimento contínuo que se vinha verificando desde os finais do Antigo Regime. Este decréscimo populacional deveu-se aos movimentos migratórios em direcção às áreas mais industrializadas de Portugal, da Europa e da América do Norte e à consequente emergência de uma taxa de crescimento demográfico negativa, em que o número de óbitos é superior ao número de nascimentos.

A desertificação tendencial das zonas rurais e periféricas de Portugal observa-se no mapa da distribuição da população pelo território nacional. No limiar do século XXI, a maior parte da população reside no eixo litoral compreendido entre Braga e Setúbal, onde se regista a presença de cerca de 85% da população e de 76% dos lugares do Continente (INE 2002). João Ferrão e Raul Lopes (2003, 142) verificaram ainda que, em 2001, no interior do país, existiam quatro dezenas de centros urbanos, mas só seis apresentavam mais de 20 000 habitantes, designadamente Vila Real, Viseu, Covilhã, Castelo Branco, Évora e Beja. Acresce que 58% da população reside em lugares com 2 000 ou mais habitantes, incluindo os 40% que vivem em aglomerados com 10 000 ou mais habitantes (INE 2002)<sup>3</sup>.

O Instituto Nacional de Estatística (INE), de acordo com o recenseamento de 2001, indica que esta concentração populacional tem na última década crescido a um ritmo quatro vezes superior ao crescimento global da população, ao passo que nas regiões com menos de 2 000 habitantes vem decrescendo cerca de 8%. Numa escala de análise mais reduzida, Carminda Cavaco e António Ramos (1994, 54) constataam que, na década de 1990, estes níveis de concentração populacional já se traduziam “na “desertificação” humana de muitos espaços e núcleos populacionais não urbanos, i.e., com menos de 2 000 habitantes”<sup>4</sup>.

Este êxodo rural resulta, em boa medida, da perda de importância da agricultura na economia e na sociedade portuguesas registada por volta de 1960. Francisco Cordovil *et al.* (2004) constataam que, nas últimas quatro décadas, a aplicação de novas tecnologias na produção agrícola conduziu a uma drástica diminuição do número de trabalhadores e do volume de trabalho. Em 1973, o sector agrícola empregava mais de 30% da população activa em Portugal, enquanto em 2001 este valor rondava os 9%. Os agricultores passaram em muitas comunidades rurais a constituir aquilo que Newby (1979 citado em Rogers 1989, 107) designa por “comunidades encapsuladas”, sendo que a diminuta população

---

<sup>3</sup> Em 1900, a percentagem da população residente em povoações ou em grupos de freguesias com 10 000 ou mais habitantes era de 15% e de 8% nas freguesias ou povoações com um número de habitantes compreendido entre 5 000 e 9 999 habitantes (*Censo da População do Reino de Portugal* 1905).

<sup>4</sup> O êxodo rural é um fenómeno que caracterizou todos os países da Europa (Mathieu 1996), levando à concentração das pessoas em zonas específicas, que no caso da União Europeia dos quinze se traduz no facto de 75% da população residir apenas em 20% do território (Nilsson 2002, 7).

agrícola, incluindo proprietários e trabalhadores, encontra-se rodeada por outros grupos sociais que não têm qualquer relação com a agricultura<sup>5</sup>.

De acordo com Oliveira Baptista (1996), em Portugal, no que concerne aos trabalhadores agrícolas, os assalariados deixaram de ser a principal força de trabalho, que passou a ser constituída pelo trabalho familiar, que cultiva mais de metade da área agrícola (57%), sendo o cultivo da restante repartido pelas unidades capitalistas privadas (36%) e por outros tipos de exploração (7%). Acresce que “a maior parte das famílias ligadas a explorações agrícolas vivem, hoje, de rendimentos exteriores às unidades de produção” (Baptista *ob. cit.*, 47). Como informam Francisco Cordovil *et al.* (2004), a tendência para a diminuição da taxa de emprego no sector agrícola foi acompanhada por uma evolução similar no peso relativo do sector primário na constituição do Produto Interno Bruto (PIB) português. Em 1960, a agricultura, a silvicultura e as pescas representavam um valor médio de 22%, decrescendo para cerca de 13% em 1970 e para aproximadamente 3% em 2001.

Nas áreas rurais de Portugal, isto traduziu-se na rarefacção e envelhecimento da população residente, no ressurgimento dos incultos, na falência dos serviços, na degradação dos patrimónios edificados e no empobrecimento do tecido produtivo (cf. Cavaco e Ramos 1994)<sup>6</sup>. Nos últimos anos do século XX, a tomada de consciência desta situação induziu a formulação e implementação de um pacote de políticas e medidas nacionais e comunitárias de desenvolvimento local em meio rural. Este modelo de desenvolvimento tem a particularidade de assentar numa política de matriz global e territorial que procura combater os problemas dos espaços rurais e melhorar a qualidade de vida das populações que neles habitam de um modo sustentável, em lugar de uma política sectorial centrada na agricultura.

Para além de conter uma vincada sensibilidade ambiental e ecológica, esta nova fórmula de desenvolvimento rural confere especial atenção aos recursos endógenos e às populações locais, que passaram a constituir os principais intervenientes deste processo, a par do Estado e das instituições públicas (cf. Pérez 2002; Ferrão e Lopes 2004). Em termos genéricos, para além da florestação e do aproveitamento do potencial agrícola dos campos (com destaque para os produtos de origem controlada), esta política de desenvolvimento visa a requalificação das áreas rurais do país mediante (i) a patrimonialização dos seus recursos culturais, históricos, paisagísticos e naturais, e (ii) o desenvolvimento do turismo (Silva 2007a).

### **Questões de património e turismo**

A noção de património é habitualmente associada à ideia de coisas que um grupo humano procura transmitir às gerações futuras, resgatando-as ao fluxo da vida quotidiana e ao seu eventual desaparecimento (cf., por exemplo, Gravari-Barbas 2005, 11; Kirshenblatt-Gimblett 1998, 149; Peixoto 2004, 202). Entretanto, deve observar-se que o património não é uma coisa natural, nem tampouco universal, mas sim um artifício produzido por alguém num determinado momento e lugar, ou seja, uma construção social (Prats 2004, 19-20). Por outras palavras, o património é um produto socialmente construído, resultante de

---

<sup>5</sup> Este decréscimo do número de efectivos empregue na agricultura regista-se também noutros países (cf. OCDE 1994, 17).

<sup>6</sup> Esta situação deve-se a um modelo de desenvolvimento industrial assente numa relação desigual entre as áreas urbanas e as áreas rurais, uma vez que o desenvolvimento daquelas foi feito à custa da perda de importância e/ou deterioração dos recursos destas (Pérez Correa 2002, 25).

uma operação dinâmica, enraizada no presente, a partir do qual se reconstrói, selecciona e interpreta o passado. Não se trata da homenagem a um passado imóvel, mas sim da invenção à posteriori da continuidade social, na qual joga um papel importante a tradição (Rosas Mantecón 2005, 66).

Trata-se, como tal, de uma operação que envolve disputas e conflitos em torno da selecção dos referentes que devem ser positivamente valorados, preservados e inscritos na memória de uma comunidade. Uma vez inclusos na rubrica do património, estes referentes adquirem carta de naturalização, novos significados e, inclusivamente, “uma segunda vida” (Kirshenblatt-Gimblett 1998). Llorenç Prats (2004) designou este processo de “activação patrimonial”. A expressão “activação patrimonial” designa o processo através do qual se escolhem determinados referendos culturais, se expõem e sacralizam, adquirindo um carácter simbólico, decorrente da sua capacidade para representar simbolicamente uma identidade. De acordo com este autor (ob. cit., 33-34), as activações patrimoniais foram principalmente realizadas pelo poder político, embora também possam ser realizadas pela sociedade civil, mas é certo que sem poder (força social capaz de activá-lo) não existe património.

Inicialmente aplicada a um reduzido leque de referentes, a noção de património foi nos últimos anos do século XX objecto de um considerável alargamento temático, cronológico e espacial (ver, por exemplo, Choay 2006; Lowenthal 1998). A expressão património reporta-se actualmente a um leque de referentes extremamente alargado, que abrange bens de ordem excepcional e ordinária, erudita e popular, material e imaterial: monumentos, tecidos urbanos, eventos, paisagens, festividades, sonoridades, etc. Significa que o património deixou de estar confinado aos interesses e às coisas das elites culturais para integrar, ainda que de modo diferenciado, interesses e coisas de outras classes sociais. A emergência da noção de património rural adquire, neste ponto, um valor lapidar. Esta reporta-se a um conjunto variado de referentes empíricos, incluindo a arquitectura popular, o património histórico edificado, os vestígios arqueológicos, as paisagens, as festas, feiras e romarias, as práticas alimentares, o artesanato, o folclore e a medicina tradicional (cf. AAVV 1995; Alves 2004; Chevallier 2000).

A razão de ser deste alargamento da noção de património foi debatida por investigadores como David Lowenthal (1985; 1998) e Raphael Samuel (1994), que identificaram um conjunto de circunstâncias conducentes a uma representação do passado como um tempo perdido ou uma época dourada. Para estes autores, a patrimonialização de referentes culturais surge como uma estratégia de protecção face aos fantasmas da ruptura e da desordem criados pelas forças da globalização, o desconforto do presente e as incertezas do futuro, baseada na conservação de identidades centradas, unidas e coerentes, mediante a valorização do património e da memória. As forças da globalização são, nesta perspectiva, encaradas como indutoras de uma forma de declínio e de ameaça à estabilidade da segurança e identidade dos indivíduos, conduzindo à preservação do passado, de modo a assegurar a continuidade de símbolos e significados que proporcionem uma adequação à crise mediante o reforço do sentido de coesão e de identidade colectiva. Para Anico (2004), é justamente por fazer com que a população tenha os almejados vínculos de identificação com o território, com o passado e com outros membros da comunidade que a patrimonialização contribui para a legitimação dos poderes instituídos, que são também quem tem os meios necessários para o efeito.

Entretanto, importa referir que, no Ocidente, o alargamento do parque patrimonial também está estreitamente associado à formulação e implementação de políticas de desenvolvimento local em meio rural e urbano que veem no património um recurso susceptível de rentabilização social e económica pela via do turismo (cf. Alves 2004; Anico 2004; 2005; Anico e Peralta 2004; Silva 2007a). Como nota Prats (2004, 42), a

questão patrimonial está cada vez mais associada a uma lógica de mercado, sendo o património activado já não tanto por razões de ordem identitária, mas mais por razões de ordem turística e comercial. O argumento de Barbara Kirshenblatt-Gimblet (1998, 151) sobre a relação estreita entre as indústrias do património e do turismo aponta neste sentido, o mesmo sucedendo com a indicação de Claude-Marie Bazin (1995, 16-17), segundo a qual a patrimonialização abre caminho à turistificação.

Em Portugal, e noutros países europeus e não europeus, há cada vez mais experiências e projectos ligados à indústria do património, como sejam museus locais, sítios históricos e arqueológicos, lugares sagrados e revitalizações do artesanato e de outras produções culturais, especialmente nos campos (cf. Chevallier 2000; Godinho 2006; Gregório 2005; Rosas Mantecón 2005; Sharpley e Sharpley 1997; Silva 2007a; 2007b; Sobral 2004; Sousa 2007/2008). E apesar de promoverem a construção da identidade cultural das comunidades locais, estas experiências e projectos estão fundamentalmente associadas a estratégias de rentabilização económica, através do turismo, visando o desenvolvimento local<sup>7</sup>.

Isto acontece mediante a reformulação e o reenquadramento de alguns elementos presentes num determinado espaço físico ou social, perspectivando a sua mercantilização, num processo que envolve a transformação de um valor cultural num valor comercial. Chevallier, Chiva e Dubost (2000) referem que a patrimonialização de diferentes componentes da ruralidade não visa a conservação das relíquias do passado, mas antes a inserção dos objectos presentes na actividade dos indivíduos que vivem nos espaços rurais numa economia à escala da Europa das Regiões. Acresce que um dos meios preferenciais para a execução desta empresa passa pela integração das áreas e das comunidades rurais no circuito internacional do turismo. Como diria Kirshenblatt-Gimblet (1998, 152), o rural converte-se, deste modo, em destino, um destino que deve ser distinto de outros destinos de modo a atrair turistas, motivo pelo qual o turismo requer a produção da diferença.

A inserção do património no mercado turístico remete para uma concepção “produtivista” do património, no âmbito da qual o património é entendido “como um recurso para o turismo cultural e para outras actividades económicas”, “como uma mercadoria que deve satisfazer o consumo contemporâneo” (Pereiro 2003, 234). O património é, nesta perspectiva, visto como objecto de um consumo e de uma procura que ao longo dos últimos anos tem vindo a crescer a bom ritmo, facto que é concordante com o argumento de Lowenthal, segundo o qual os processos contemporâneos de alargamento de noção de património têm sido acompanhados pela “democratização” do interesse por este recurso:

O património expande-se sobretudo porque mais pessoas participam nele. No passado, apenas uma minoria procurava os antepassados, reunia antiguidades, apreciava os mestres da pintura e frequentava os museus e sítios históricos. Estas diversões atraem agora as multidões. Já não são só os aristocratas a serem obcecados pelos antepassados, nem os muito ricos a coleccionar velharias, nem os académicos interessados por antiguidades, nem a nobreza a visitar museus; milhões procuram agora as suas raízes, protegem paisagens amadas, valorizam recordações e na generalidade mostram afecto pelo tempo que passou (Lowenthal 1998, 10-11).

Em Portugal, tem havido uma tentativa sistemática de explorar turisticamente o património, na circunstância o património existente nos campos do país. A oferta turística

---

<sup>7</sup> A relação entre património e turismo não é um facto recente, mas com a transformação da realidade em espectáculo e com a massificação do turismo produziu-se uma mudança quantitativa e qualitativa na sua interligação (Prats 2004, 41-42).

em meio rural detém uma natureza variada, integrando o turismo de natureza, o turismo cultural, o enoturismo, o turismo cinegético, o turismo alimentar, o turismo em espaço rural e o turismo activo (aventura e desporto)<sup>8</sup>. Estas “formas alternativas de turismo” (Nash 1992, 216) traduzem o aumento progressivo da procura e frequência dos espaços rurais para a realização de actividades de consumo turísticas e recreativas, fundamentalmente por populações urbanas, que nos últimos anos se tem registado no nosso país. Este aumento enquadra-se nas mudanças estruturais ocorridas nas sociedades contemporâneas em geral e na portuguesa em particular, que se inscrevem numa visão das áreas rurais como bens (e locais) de consumo e património comum (Figueiredo 2003, 65). Um pouco por todo o país, existem lugares que atraem visitantes em busca de experiências turísticas ou recreativas durante os seus períodos de lazer: povoações, museus, paisagens, etc.<sup>9</sup>

### **O contrabando**

Não cabe aqui tecer grandes considerações empíricas e teóricas acerca do contrabando, sob pena de reproduzir desnecessariamente a informação compilada nos outros textos desta colectânea, que fornecem olhares diferenciados, mas complementares, acerca do tema, documentando práticas, protagonistas, relações sociais, rotas, mercadorias, continuidades, mudanças, memórias, discursos e processos de emblematização. Há, no entanto, alguns dados que devem ser lembrados de molde a ilustrar a complexidade do fenómeno e desvendar a selecção subjacente ao processo de patrimonialização.

A expressão contrabando designa a introdução clandestina de produtos num território demarcado por uma fronteira político-administrativa. Enquanto os países Ibéricos não foram abrangidos pela política de livre circulação de pessoas, mercadorias e capitais entre os Estados membros da UE (1993), o contrabando foi uma prática corrente ao longo da fronteira luso-espanhola. As mercadorias ilegalmente transaccionadas entre os dois flancos da raia foram muitas e de ordem vária, segundo uma lógica de mercado sensível aos períodos históricos e às conjunturas vividas por Portugal e Espanha.

O recrudescimento da actividade após a guerra civil espanhola (1936-1939) é, neste ponto, ilustrativo. Então, Espanha funcionou como receptor de mercadorias de todo o género oriundas de Portugal, incluindo bens alimentares. Em qualquer caso, o contrabando foi sempre um recurso económico gerado pela existência da raia, permitindo a sobrevivência de muita gente das classes mais desfavorecidas, a ascensão social de uns poucos e a acumulação de capital pelas elites concatenadas. A actividade envolvia protagonistas situados em diferentes estratos sociais e estava longe de ser uniforme. Havia o contrabando informal e o contrabando organizado, bem como contrabandistas independentes, contrabandistas contratados, contrabandistas ocasionais e contrabandistas profissionais, homens e mulheres, enlados numa teia complexa de redes e relações sociais, sendo a passagem de mercadorias através da fronteira efectuada pelos “mais fracos” (Simões nesta colectânea).

A recente extinção da prática do contrabando implicou o desaparecimento de um recurso económico para os membros das comunidades raianas, mas não o apagou da memória colectiva. Por um lado, o contrabando continua a ser um recurso narrativo, acerca do qual se produzem uma série de discursos, que tendem a configurá-lo enquanto estratégia (heróica) de sobrevivência. Por outro lado, assiste-se presentemente a um

---

<sup>8</sup> É no âmbito do turismo cultural que se integra o produto cultural em que foi e continua a ser convertido o contrabando, particularmente no caso dos museus.

<sup>9</sup> Enquanto forma de lazer, o turismo estrutura o ciclo de vida dos indivíduos, proporcionando-lhes períodos alternados de trabalho e relaxamento (Graburn 1978, 17-18), bem como de produção e consumo (Harkin 1995, 651).

processo de monumentalização e patrimonialização do contrabando e dos contrabandistas. A referência aos contrabandistas feita na estátua de Rui Nabeiro em Campo Maior empresta validade empírica a esta asserção, o mesmo acontecendo com um monumento dedicado ao contrabandista existente em Eljas (Cáceres). Os museus e as rotas do contrabando seguidamente analisados são susceptíveis de um enquadramento similar.

### **A sala do contrabando**

É quase um truísmo afirmar-se que os museus constituem um dos meios preferenciais para a conservação e exibição dos bens patrimoniais, especialmente objectos (cf. Poulot 2006; Prats 2004). O caso do contrabando é, neste ponto, ilustrativo. Não são muito avultados os museus do contrabando, mas existem alguns exemplares que cumpre mencionar. À escala internacional, é no Reino Unido que encontramos o maior número de museus dedicados ao contrabando, muitos deles locais. São, por exemplo, os casos do Museu do Contrabando na Ilha de Wight, em Ventnor; do Polperro Heritage Museum of Smuggling and Fishing em Cornwall; do HM Customs & Excise National Museum em Liverpool; do Dorset County Museum; do Dorset History Centre, Dorchester; do Langton Matravers Museum; do Lulworth Heritage Centre; do Lyme Regis Museum; do Poole Museum e do St Barbe Museum, Lymington. Este tipo de museus encontra-se ainda na Holanda (onde existe o Belasting & Douane Museum, em Roterdão), na França (Le Musée national des Douanes, em Bordéus), na Suíça (Museum of Swiss Customs, no Cantão de Gandria) e em Espanha (Museu del Bandolero, em Ronda, na província de Málaga, e o Centro de Interpretación del Contrabando, em Vilardevós, na província de Ourense).

Em Portugal, por sua vez, existe um museu (municipal) que tem uma exposição permanente sobre o contrabando, designadamente o Espaço Memória e Fronteira em Melgaço (Viana do Castelo), também conhecido por museu do contrabando e da emigração<sup>10</sup>. Este museu foi criado por iniciativa da Câmara Municipal de Melgaço, em colaboração com o Departamento de Ciências Sociais da Universidade do Minho, através do Prof. Doutor Albertino Gonçalves. A obra foi comparticipada pelo programa comunitário INTERREG III A, o que ilustra a importância dos programas e iniciativas de âmbito comunitário na sustentação financeira de projectos relacionados com o património, o turismo e o desenvolvimento local em meio rural.

A implementação das anteriormente referidas políticas nacionais e comunitárias de combate aos efeitos nefastos da desruralização do país foi acompanhada pela criação de programas e iniciativas de financiamento de projectos elegíveis – museus locais, unidades de turismo rural, trilhos, reabilitação de patrimónios edificados, recuperação de aldeias (históricas e rústicas), valorização de sítios arqueológicos, etc. –, incluindo o FEDER, o LEADER e o INTERREG (cf. Leal 2001; Silva 2007a). As autarquias e os agentes privados têm uma acção importante na promoção destes projectos, mas o seu principal promotor é a administração central, que em Portugal tem desempenhado um papel determinante e decisivo na conversão dos espaços rurais em espaços turísticos (cf. Cavaco 1999; Ribeiro 2003; Silva 2007a; 2007b).

---

<sup>10</sup> Existiu um projecto de criação de um museu do contrabando em Quadrazais (Sabugal) que nunca foi concretizado e há outros pensados para Vilar de Perdizes (Montalegre) e Santana de Cambas (Mértola) que aguardam desenvolvimento. Mas já se realizaram exposições temporárias sobre o tema, como a que teve lugar em 2006 no museu municipal do Sabugal, intitulada “Memórias do Contrabando”.

Inaugurado em Abril de 2007, este museu tem duas exposições permanentes, uma mais vasta dedicada ao tema de emigração, outra dedicada ao contrabando<sup>11</sup>. A denominada “sala do contrabando” tem cerca de 36 metros quadrados, preenchidos com uma panóplia de registos associados a este fenómeno de transposição e usufruto de uma fronteira política e administrativa para negociação de bens e obtenção de capital. Aqui se incluem réplicas dos principais produtos contrabandeados (tabaco, café, sabão, chocolate, açúcar, arroz, amêndoa, painéis de esmalte, volfrâmio, ouro, prata...), recortes de jornais alusivos ao tema – um deles noticia o aparecimento nas margens do rio Minho do cadáver de um contrabandista abatido pelas autoridades –, autos de apreensões efectuadas pela guarda-fiscal, uma embarcação para a travessia do rio Minho, denominada *batela*, um colete adaptado para transporte de contrabando, uma farda utilizada pela guarda-fiscal, um torrador de café, imagens fotográficas de locais de passagem de contrabando e um grande painel fotográfico de uma paisagem onde está impresso um excerto de uma obra de Miguel Torga que fala justamente do tema e que a seguir se apresenta:

Desde que o mundo é mundo que toda a gente ali governa a vida na lavoura que a terra permite. E, com luto na alma ou no casaco, mal a noite escurece, continua a faina. A vida está acima das desgraças e dos códigos. De mais, diante da fatalidade a que a povoação está condenada, a própria guarda acaba por descer da sua missão hirta e fria na escuridão das horas. E se por acaso se juntam na venda do Inácio uns e outros – guardas e contrabandistas –, fala-se honradamente da melhor maneira de ganhar o pão: se por conta do Estado a vigiar o ribeiro, se por conta da Vida a passar o ribeiro (Torga 1984, 28).

A exposição inclui ainda um registo sonoro da prática do contrabando, que contém diálogos entre ex-contrabandistas, ruídos causados pela travessia do curso de água, passos e tiros. Os protagonistas são Aurélio Domingues (AD), um barqueiro que fazia a travessia de pessoas e cargas pelo rio Minho, cuja *batela* podia carregar até 800 kg, e Emídio Castro (EC), um ex-contrabandista que transportava uma carga para a Galiza. Encomendado pela autarquia a uma empresa sediada no Porto, trata-se de um registo de cerca de três minutos, cujo conteúdo transcrevemos em seguida:

Som de camião acabado de parar.

EC – Olha! Trouxe uma carga...! Vai ver práí pró caminho, que não venha nenhum guarda daqui do posto!

(Risos e ouvem-se vozes ao longe.)

AD – Tá aí um carro, olha...?!

(Afastam-se carregando arame (de cobre, talvez) e ouve-se o som dos passos atravessando diferentes pisos.)

EC – Há bocadinho, quando estávamos ali no barco... há bocado estava aqui alguém... Daqui para diante não se pode passar, há o arvoredro...

AD – Por aqui, por aqui!

(Chegam finalmente à *batela*. Ouve-se a forte corrente do rio que os obriga a falar alto.)

AD – Pousa aí o material!

(Desimpedido o caminho, gritam ordens para os outros, que desçam e tragam o material.)

AD – Venham agora, venha o material!

EC – Eh! Cá pra baixo!

AD – Vamos embora...! Passa lá pra traz...

EC – Espera aí... Bota aqui a mão!

AD – Bota pra cá, venham, venham...

---

<sup>11</sup> A criação deste Espaço, no que respeita ao contrabando, envolveu a recolha de histórias de vida de ex-contrabandistas e de guardas-fiscais e o levantamento das principais rotas do contrabando no concelho de Melgaço, assim como a recolha e exposição de produtos e itens associados.



EC – Pronto... Vai já, vai já.

(Ouve-se largar carga e resmungam-se ordens insistentes para apressarem o andamento. AD sente-se mais seguro no meio do rio e alerta: “se vires alguma coisa, empurra! Só a tiro é que me apanham”.)

EC – Não, não vem ninguém, não vem ninguém!

(Atravessam o rio, ouve-se remar e o ruído mais intenso dos rápidos. EC tranquiliza os presentes dizendo: “isto é serviço combinado com os *carabineros* e os guardas daqui!” Ouvem-se os remos e EC assobia para a margem espanhola. Ouvem-se uns tiros ao longe.)

EC – Temos os *carabineros* acolá, ora bóstia! Os *carabineros* lá sabiam... olha, era o cabo dos trabalhos!

AD – Tavam à espera já!

EC – Olha os tiros do guarda, diz em voz baixa. (Ouvem-se mais tiros.) EC retoma o fio à conversa: “Olha o filho da puta do guarda, foi uma denúncia que houve ali!” E temeroso, instiga o remador: “Anda mais um bocadinho, tamos quase, tamos quase. Mais um bocadinho, mais um bocadinho!” (Assim, EC, receando pela vida, encorajava o barqueiro a remar com mais força para atingirem a margem galega.)

AD – Espera, espera... (diz nas calmas.)

(Segundos depois)

EC – Ora pronto, já cá estamos, (diz, saltando para terra.)

AD – Tá consigo o... café! (diz, dando a entender que já concluíra a sua parte com sucesso neste serviço.)

EC – Eles ainda não chegaram, temos de esperar! (EC aqui refere-se aos galegos que ali deviam recolher a carga.) Pois marcaram-nos para as três menos um quarto, e... Eram quase quatro horas, e não chegaram.

(AD tenta controlar os ânimos de EC que já se impacienta com o atraso; gera-se alguma tensão entre eles.)

EC – Eu não estou com malandrice, você é que está a botar à malandrice, eu estou a falar a sério. (EC parte para recordações de outros percalços para desanuviar o ambiente enquanto se fazem horas: “Ah..., eu? Quando era as meadas de cobre, e ao chegar aqui dava um tomo... As meadas rolavam pró rio, depois o dono queria que eu as fosse... não não, vá as tirar você que são suas!”), dizia entre risadas de AD.)

EC – Hum... levas este pau?

(Preparam-se para abandonar o barco preso à margem por um cadeado.)

AD – Não, fica aí!

(Termina esta pequena cena da travessia do rio Minho evocativa do transporte de contrabando com o ruído do cadeado a deslizar na borda da *batela*, que ali ficaria até ao amanhecer, para AD se dedicar a outra actividade mais comum, a vida das pesqueiras)<sup>12</sup>.

O modo como está formatada a exposição remete-nos para uma tendência mais geral das activações patrimoniais em ambiente museológico que se prende com a ausência de dispositivos de enquadramento e contextualização dos objectos e dos fenómenos sociais associados, exibindo coisas que materializam a memória e o território da colectividade. A título ilustrativo, refira-se que não existe informação factual acerca do contexto social subjacente à prática do contrabando e uma leitura do mesmo de acordo com os distintos grupos sociais nela envolvidos, o género e as épocas históricas, ocultando-se também os diferentes tipos e escalas de contrabando.

O contrabandista que aqui aparece implicitamente retratado e que contribuiu para a construção desta imagem, através da doação de objectos e do fornecimento de experiências e de histórias de vida, é o “passador” de produtos através da fronteira. É do sexo masculino e é o elo mais fraco de uma complexa rede de ligações com protagonistas situados em diferentes estratos económicos e com diferentes poderes e contactos. É o

---

<sup>12</sup> Este registo foi gentilmente fornecido pelo Sr. Vítor Bilhete, da empresa Sinalvídeo, que foi quem o produziu.

indivíduo que cumpre a tarefa mais perigosa da actividade, arrisca a vida e a liberdade ao atravessar a fronteira para actos ilícitos por mor das miseráveis condições de vida com que se deparava no quotidiano, algo que nos remete para as “*immediate struggles*” de que falam Susana Narotzky e Gavin Smith (2006). A exposição cria uma imagem épica e romanesca do contrabandista, em boa medida similar à que foi detectada por Luís Cunha em Campo Maior:

A imagem romântica do contrabandista, aquela que é valorizada e projectada como modelo, corresponde ao contrabando dos anos 30, quando o mercado era um espaço aberto à livre iniciativa. O contrabandista arrojado e valente, capaz de suportar a fadiga de noites sucessivas de longas caminhadas, que sabia usar a astúcia no confronto permanente com os guardas, configura até hoje a imagem dominante em Campo Maior (Cunha 2006, 258).

Em concomitância, também fica oculta a natureza empresarial que o contrabando a dada altura teve na zona e o contrabandista proletário, condição de um dos protagonistas do diálogo incluso na banda sonora anteriormente transcrita. A verdade é que o contrabando constituiu um negócio (ilícito) de importação e exportação também desenvolvido por organizações de tipo empresarial, com patrões e empregados, e com diferentes escalas de transacção, que iam desde pequenos fardos de café e produtos do uso doméstico até grandes carregamentos de minério, especialmente volfrâmio. Não raramente, a organização incluía a conivência das autoridades responsáveis pelo controlo da fronteira, os guarda-fiscais e os carabineiros. A exposição pode, assim, ser vista como uma ilustração da narrativa hegemónica de valorização do “heróico contrabando tradicional” de que fala Luís Cunha (nesta colectânea).

Entretanto, note-se que a criação deste museu vai de encontro às tendências da pós-ruralidade delineadas nas páginas anteriores. Tal como os restantes museus existentes no concelho de Melgaço – o Museu do Cinema, a Torre de Menagem – Núcleo Museológico de Pesquisa e o Museu de Castro Laboreiro –, o Espaço Memória e Fronteira insere-se numa política de aproveitamento de recursos endógenos tendo em vista o desenvolvimento local em meio rural pela via do turismo, na qual o património desempenha um papel crucial. Como observa a técnica responsável pela Divisão da Cultura, Património e Museus da Câmara Municipal de Melgaço, a criação destes espaços museológicos decorre de

uma estratégia autárquica de exploração integrada das valências culturais e históricas do concelho, tendo em vista o desenvolvimento local e a construção de uma identidade que transmita uma imagem de destino de um turismo cultural de qualidade. (Perspectiva-se) o desenvolvimento turístico-cultural como complemento e motor económico do meio rural, bem como a criação de um produto que vai de encontro às novas necessidades dos visitantes (novas formas de turismo). Concretamente, esta ideia passa pela criação de infra-estruturas e equipamentos de apoio, a partir dos quais se possa gerir, divulgar e interpretar todas as suas valências culturais. Tal inclui a recuperação, conservação e revalorização do património local, bem como a divulgação e promoção do concelho através da história, cultura, identidade cultural, tradições e património (testemunho pessoal fornecido por e-mail em 2007).

Esta patrimonialização de natureza “micro” (Prats 2004, 74-75) encerra, assim, uma dupla estratégia de construção de identidade colectiva e de fabrico de um produto cultural susceptível de captação de recursos financeiros pela via do turismo. Os museus estudados por Pereiro Pérez (2003) no Noroeste da Península Ibérica – três espanhóis e um português – filiam-se na mesma tendência. As activações patrimoniais feitas nos

últimos anos fora dos ambientes museológicos tendem a obedecer a uma lógica similar (cf. Anico 2004; Pujadas e Moncusí 2005; Prats 2004)<sup>13</sup>.

O facto de esta iniciativa de musealização do contrabando ter sido levada a cabo pela autarquia desvenda um aspecto crucial das activações patrimoniais que se prende com a questão do poder. A activação do património e a correlata produção de identidades colectivas não é feita pelo todo colectivo, mas por pessoas concretas, que têm o poder de decisão e selecção de símbolos representativos da comunidade (Prats 2004, 33-34). No caso em apreciação, o poder político procede a uma objectificação da memória e da identidade cultural do concelho de Melgaço. Os objectos e a banda sonora inclusos na exposição são exibidos como expressões da história e cultura locais em tempos passados, como testemunhos da riqueza e especificidade do concelho de Melgaço, na qual a fronteira e o contrabando desempenham um papel de relevo.

### **As rotas do contrabando**

Nos últimos anos, tal como noutros países, assiste-se em Portugal a uma profusa criação de rotas e itinerários temáticos tendo em vista o desenvolvimento do turismo cultural e do turismo de natureza, especialmente nas zonas do interior, incluindo passeios pedestres, automobilísticos, equestres e em BTT. Um pouco por todo o país, há entidades públicas e privadas (regiões de turismo, autarquias, associações, colectividades e empresas) a empacotar e a promover, sob a forma de circuitos muitas vezes fechados, um conjunto bastante heteróclito de bens culturais e naturais, envoltos numa auréola de qualidade e autenticidade, como o vinho, o azeite, o artesanato, a arquitectura militar, as aldeias, os vestígios arqueológicos, a arte sacra, a paisagem, a gastronomia, os rios e lagoas, etc.

Algumas destas numerosas e variadas rotas encontram-se identificadas noutra lugar, entre as quais a dos vales glaciares, a dos estuários, rias e lagoas costeiras, a dos lameiros e planícies em altitude, a das estepes cerealíferas, a dos montados, a do sal, a das antigas judiarias, a das aldeias históricas, a dos descobridores, a do megalítico e a dos vinhos alentejanos (Farinha 2000; García González 2004; Silva 2007a, 61)<sup>14</sup>. No que diz respeito ao contrabando, considerando a informação disponível na Internet (no último trimestre de 2007), é nas regiões de Trás-os-Montes, Beira Interior e Alentejo que encontramos iniciativas deste género, que também têm lugar fora do país, como nos Pirenéus, na Valónia, nas costas de Inglaterra e em Andorra. As rotas seguidamente discriminadas têm, neste ponto, um valor exemplificativo:

- Em Vinhais, a Câmara Municipal organizou em 2007, no âmbito da Feira Franca, a quarta edição da Rota do Contrabando Ibérico em BTT, com dois percursos: a meia maratona (38 km) e a maratona (62 km), passando por várias povoações portuguesas e espanholas, entre as quais Moimenta e Pinhal Novo em Portugal, Castromil e Cávados em Espanha. Em Tourém, foi em 2007 realizada pela primeira vez uma Rota do Contrabando entre aquela povoação e o Couto Misto, por iniciativa do Ecomuseu do Barroso, no âmbito de um projecto de criação de trilhos financiado pelo INTERREG III A que envolve também a Câmara Municipal de Chaves, a Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega (ADRAT) e outras entidades espanholas. Em Chaves, a empresa Actividades Turísticas, Animação e Interpretação Ambiental, Lda., promoveu uma Rota do Contrabando no quadro das iniciativas inseridas no programa “Rotas da Terra” para 2006-2007, com um percurso que iniciou naquela cidade, passou pela aldeia de Oímbra e pelo Castelo de Monterrey em Espanha e culminou no moinho de Vila Meã.

---

<sup>13</sup> Esta utilização do património enquanto recurso identitário susceptível de exploração turística não constitui um facto recente no nosso país, ocorrendo, ainda que modo incipiente, durante a vigência do Estado Novo com os monumentos nacionais (cf. Neto 2001).

<sup>14</sup> Existem rotas culturais que são consideradas Património da Humanidade pela UNESCO, entre as quais o Caminho de Santiago (Capel 2005).

- Em Idanha-a-Velha, a Associação Juvenil promoveu em 2006 uma Rota do Contrabando, com a particularidade de ter um programa de três dias. A Câmara Municipal de Idanha-a-Nova organizou em 2007 (e em anos anteriores) uma Rota do Contrabando a pé e a cavalo em Penha Garcia, financiada pelo INTERREG III A. O Geopark Naturtejo tem elaborada uma Rota do Contrabando em colaboração com unidades hoteleiras associadas que nunca foi realizada por falta de público, oferecendo um programa de três dias e duas noites. O Núcleo de Ciclismo do Grupo Desportivo, Cultural e Recreativo de Penha Garcia organizou em 2007 a segunda edição de uma Rota do Contrabando em BTT na região. A empresa Serra Aventura, Lda. promoveu em 2007 uma Rota do Contrabando pedestre entre Valverde del Fresno e Penamacor. A Associação Cultural e Desportiva do Soito (Sabugal), em colaboração com o Clube de Montanhismo da Guarda e a Delegação do INATEL da Guarda, promoveu em 2007 a terceira edição de “As Bredas do Contrabando”, que incluíram um passeio equestre, um passeio pedestre e dois percursos em BTT.
- Em Nisa, a Secção de Campismo e Montanhismo da INIJOVEM (Associação para Iniciativas para a Juventude de Nisa) fomenta desde 2000 uma edição anual da Rota do Contrabando pedestre entre Salavessa (Montalvão, Nisa) e Cedillo (Cáceres), com o apoio da Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal e o Instituto Português da Juventude. Em Barrancos, o Clube de Actividades de Ar Livre impulsionou em 2001 uma rota do contrabando com a duração de dois dias, entre Barrancos e Encinasola.

Estas rotas são variadas nos conteúdos programáticos, propondo aos participantes uma viagem ao mundo do contrabando tradicional de formas múltiplas e variadas. Para além dos diferentes meios de locomoção utilizados, existem diferentes modos de dar a conhecer aos turistas e/ou recreacionistas as experiências e peripécias das Rotas do Contrabando e dos Contrabandistas. Há casos em que os percursos são feitos a pé, de burro, a cavalo e em bicicleta. Por outro lado, existem situações em que os participantes são informados acerca do contrabando na região por ex-contrabandistas, guardas-fiscais e estudiosos antes de fazerem os percursos, enquanto noutras esta informação é prestada nos locais.

Refira-se, a título ilustrativo, o caso da Rota do Contrabando proposta pela empresa Serra Aventura, Lda., que em 2007 recriou e teatralizou uma travessia nocturna da fronteira, que incluiu uma acção de fiscalização e apreensão dos produtos que os participantes levavam consigo por parte da *Guardia Civil* espanhola, após uma palestra sobre o fenómeno dada por um estudioso da matéria. Já em Tourém, os participantes foram durante o percurso acompanhados por um ex-contrabandista e outras pessoas da povoação com ligações mais ou menos ténues com o contrabando no passado, que iam contando histórias e peripécias passadas<sup>15</sup>. Em concomitância, enquanto umas rotas iniciam e culminam no mesmo lugar, outras não. A rota promovida pelo Núcleo de Ciclismo do Grupo Desportivo, Cultural e Recreativo de Penha Garcia em BTT ilustra a primeira situação, ao passo que a segunda é exemplificada pela que foi organizada pela Secção de Campismo e Montanhismo da INIJOVEM em Salavessa (Nisa).

Entretanto, quase todas elas estão inseridas em tentativas de promoção e divulgação das valências histórico-culturais da região onde decorrem, incluindo os patrimónios histórico edificado, cultural e natural – gastronomia, artesanato, paisagens, monumentos e outras atracções turísticas. É justamente com este propósito que algumas destas rotas do contrabando constam de programas turístico-culturais com a duração de dois e três dias. Na maior parte dos casos, a questão do contrabando tem até um papel

---

<sup>15</sup> Em abono da verdade, deve observar-se que nesta rota o ex-contrabandista só fez uma parte do trajecto devido à idade avançada que tem.

residual no produto oferecido aos turistas, que aposta fundamentalmente nos recursos paisagísticos da região. Tal como noutros países, o que se vende e monumentaliza é a paisagem e os lugares por onde consta que passavam os contrabandistas. O caso estudado por Eduarda Rovisco em Penha Garcia (Idanha-a-Nova) é, neste ponto, ilustrativo:

Acompanhei dois anos seguidos (2003 e 2004) a Rota do Contrabando a Cavalos de Penha Garcia. Esta rota realiza-se todos os anos em Maio/Junho e consiste num passeio a cavalo entre o Clube Equestre e a fronteira, através da Herdade do Vale Feitoso. Há um senhor que efectivamente foi contrabandista e que acompanha o passeio, mas só fala de contrabando se lhe fizermos perguntas. As pessoas que nesses dois anos participaram eram maioritariamente alunos, sócios e amigos de sócios do Clube Equestre. Um dos hotéis das Termas de Monfortinho (penso que o Hotel Astória) serve um banquete a todos os participantes à beira do Rio Erges, do lado português. Há sempre acordeonistas e idanhenses que cantam o fado do Cavalos Russo. Em suma, o que se celebra e monumentaliza não é tanto o contrabando, mas sim os cavalos e a própria paisagem do Vale Feitoso. Fala-se pouco ou nada de contrabando, porque os participantes apesar de não terem sido contrabandistas, já conhecem as estórias. Imagino que noutras rotas se possa falar de contrabando, mas estas duas rotas que acompanhei foram mais um pretexto para as pessoas peregrinarem, na Primavera, aos campos (testemunho pessoal fornecido por e-mail em 2007).

Este caso ilustra um outro aspecto marcante da pós-ruralidade na sociedade portuguesa contemporânea, que se prende com a patrimonialização das paisagens rurais. Trata-se da tal “paisagem intermédia” de que fala Yi-Fu Tuan (1974), que não é selvagem, desprovida de marcas de acção humana, nem tampouco inteiramente humanizada, urbana. Ela é habitualmente composta por superfícies agrícolas cultivadas, cursos de água, manchas florestais, caminhos rurais e veredas, assim como casas e outras construções de carácter militar, religioso e civil (vernacular e erudito) (cf. Silva 2007a; 2007c).

Em todos os casos, no que ao contrabando diz respeito, é evidente que estas rotas tendem a destacar o lado épico e romanesco da prática. Não se evidenciam as precárias condições sociais e económicas de quem fazia a travessia da fronteira com estes propósitos e, inclusivamente, as suas experiências mais traumáticas (morte, prisão, etc.). Trata-se de mais um tributo à imagem heróica e romanesca do contrabando e do contrabandista, que não contempla a pobreza, privação e sacrifício muitas vezes associada ao acto de contrabandear. Mas, também é preciso dizer que aquilo que se vende é justamente aquilo que os consumidores procuram, uma experiência de aventura e de recreação, em razão das suas motivações de diversão ou “hedonístico-recreativas” (Prats 2004, 75). Como tende a acontecer no campo do turismo em sentido lato, os indivíduos querem ver e experimentar coisas boas, não misérias. Como observa Rodríguez (2000 citado em Pereiro 2003, 242), o turista não quer ver “misérias”, mas sim ver e visitar espaços sem conflito, i.e., pretende encontrar e encontrar-se na “memória da arcádia feliz”.

A existência de associações e empresas promotoras destas iniciativas mostra que a sociedade civil também tem um papel activo nas activações patrimoniais, em complemento com o poder político, que aqui é representado pelas autarquias, não raramente com financiamento de programas comunitários, nomeadamente o INTERREG. A definição de percursos, por seu lado, expõe o carácter selectivo das activações patrimoniais, na medida em que os contrabandistas não faziam sempre o mesmo trajecto, por razões que se prendem com a necessidade de escapar ao controlo das autoridades, especialmente quando estas não estavam envolvidas.

## Notas finais

Em Portugal, a pós-ruralidade caracteriza-se por uma repartição funcional dos campos – incluindo a maior parte do território próximo da fronteira – em termos agrícolas, residenciais, turísticos e de conservação da natureza. Esta modelação decorre da desruralização do país iniciada em meados do século XX e da tentativa de atribuição de novas valências ao mundo rural incluída nas políticas nacionais e comunitárias de desenvolvimento local em meio rural implementadas a partir da década de 1980. Estas políticas procuram induzir o desenvolvimento socioeconómico das zonas rurais através do aproveitamento dos seus recursos endógenos, incluindo a patrimonialização das suas valências históricas, culturais, naturais e paisagísticas e o desenvolvimento do turismo.

A noção de património remete para coisas que um grupo humano procura transmitir às gerações futuras, resgatando-as ao fluxo da vida quotidiana e ao seu eventual desaparecimento para as integrar na sociedade contemporânea. O património é uma construção social, enraizada no presente, que implica a selecção, interpretação e sacralização de certos referentes culturais do passado de uma comunidade. Promovida por actores sociais detentores de poder, esta operação tem em vista (i) a constituição de valores simbólicos capazes de representar a identidade dos grupos sociais em questão e de os legitimar, (ii) a produção de um recurso para captar divisas através do consumo turístico e, por esta via, (iii) a promoção do desenvolvimento socioeconómico do território, onde se incluem as áreas rurais do país.

A noção de património conheceu a partir dos anos oitenta do século XX um considerável processo de alargamento, reportando-se actualmente a um leque de referentes extremamente alargado, que abrange bens de ordem excepcional e ordinária, erudita e popular, material e imaterial: monumentos, conjuntos urbanos, eventos, paisagens, festividades, sonoridades, etc. A informação compilada neste texto mostra que o contrabando, ainda que de modo incipiente, também foi abraçado pelos processos contemporâneos de alargamento da noção de património, sobretudo no caso da “sala do contrabando” existente no Espaço Memória e Fronteira em Melgaço.

A musealização do contrabando inscreve-se numa lógica de objectificação e mercantilização da memória, sendo os objectos e os registos associados ao contrabando elevados à condição de testemunhos representativos da cultura de fronteira ligada à memória histórica e à identidade do concelho de Melgaço. Por outro lado, produz uma narrativa de valorização do “heróico contrabando tradicional” (Cunha nesta colectânea), construindo uma imagem épica e romanesca do contrabandista, figura valente e arrojada que arrisca a vida e a liberdade na travessia da fronteira para, como diria Miguel Torga (1984), “ganhar o pão”.

A recriação e/ou reactivação das antigas rotas do contrabando e dos contrabandistas subentende uma lógica, simultaneamente, similar e distinta. Similar na medida em que reproduz a imagem do contrabandista como figura astuta, valente e arrojada, distinta porque aquilo que patrimonializa não é tanto o contrabando, mas mais as paisagens por onde passava o contrabando. Na maior parte dos casos, o contrabando é apenas um pretexto para a comercialização e usufruto da paisagem, da gastronomia, dos monumentos e de outros recursos patrimoniais da região. Os casos em que, de facto, se produz “história ao vivo” e que lembram Colonial Williamsburg (Handler e Gable 1997, 70-77) e Plimoth Plantation (Kirshenblatt-Gimblett 1998, 189-200) são nitidamente residuais. Acresce que, se por um lado, tal representação parece procurar ir de encontro aos desejos e expectativas dos públicos, por outro, enquadra-se num processo mais vasto de representação dos espaços rurais enquanto espaços idílicos e idealizados (ver Silva 2007a; 2007c).

Quem são efectivamente os consumidores deste património/produto cultural em que foi e continua a ser convertido o contrabando e os lugares de passagem dos contrabandistas nos casos aqui em apreço é uma questão que fica em aberto e a merecer futuras pesquisas, o mesmo acontecendo com as suas interpretações e os impactes efectivos desta patrimonialização em termos do almejado desenvolvimento local em meio rural.

## **Bibliografia**

- AAVV. 1995. *20 Valores do Mundo Rural*. Lisboa: Instituto de Estruturas Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Iniciativa Comunitária “LEADER”, Ministério da Agricultura.
- Alves, João Emílio. 2004. Sobre o “Património rural”: contributos para a clarificação de um conceito, *Cidades – Comunidades e Territórios* 8: 35-52.
- Anico, Marta. 2005. A pós-modernização da cultura: património e museus na contemporaneidade, *Horizontes Antropológicos* 11 (23), *on-line* em <http://www.scielo.br/pdf/ha/v11n23/a05v1123.pdf> (acesso em 5-10-2007).
- Anico, Marta. 2004. Património, turismo e políticas culturais autárquicas. Conflitualidade ou convergência de interesses?, *IV Congreso Virtual de Antropología y Arqueología – Cultura, Identidad y Património*, *on-line* em <http://www.naya.org.ar/congreso2004/autores.htm> (acesso em 5-10-2007).
- Anico, Marta e Elsa Peralta. 2004. As políticas culturais autárquicas num contexto de *glocalização*. Processos e dinâmicas do património em Ílhavo e em Loures, *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, *on-line* em <http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/MartaAnico.pdf> (acesso em 5-12-2007).
- Baptista, Fernando Oliveira. 1996. Declínio de um tempo longo. In *O Voo do Arado*, org. Joaquim Pais de Brito, Fernando Oliveira Baptista, e Benjamim Pereira, 35-75. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia.
- Barreiros, José Baptista. 1961 (1856). Delimitação da Fronteira Luso-Espanhola. *Separata de O Distrito de Braga*, Braga, XII fascículos.
- Bazin, Claude-Marie. 1995. Industrial Heritage in the Tourism Process in France. In *International Tourism, Identity and Change*, org. Marie-Françoise Lanfant, John Allcock, e Edward Bruner, 113-126. Londres: Sage.
- Capel, Horacio. 2005. Las rutas culturales como patrimonio de la humanidad. EL caso de las fortificaciones americanas del Pacífico, *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales* vol. X, nº 562, *on-line* em <http://www.ub.es/geocrit/b3w-562.htm> (acesso em 8-12-2007).
- Cavaco, Carminda. 1999. O mundo rural português: desafios e futuros. In *Desenvolvimento Rural – Desafio e Utopia*, 135-148. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa.
- Cavaco, Carminda, e António Sampaio Ramos. 1994. *Do Despovoamento Rural ao Desenvolvimento Local*. Lisboa: Programa das Artes e Ofícios Tradicionais, Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional.
- Censo da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1900*. 1905. Volume I. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Chevallier, Denis, org. 2000. *Vives Campagnes: Le Patrimoine Rural, Projet de Société*. Paris: Autrement.
- Chevallier, Denis, Isac Chiva, e Françoise Dubost. 2000. L'invention du Patrimoine Rural. In *Vives Campagnes: Le Patrimoine Rural, Projet de Société*, org. Denis Chevallier, 11-56. Paris: Autrement.
- Choay, Françoise. 2006 (1982). *A Alegoria do Património*. Lisboa: edições 70.

- Cordero Torres, José Maria. 1960. *Fronteras Hispanicas: Geografía y Historia, Diplomacia y Administración*. Madrid: Instituto de Estudios Políticos.
- Cordovil, Francisco, Bruno Dimas, Rui Alves, e Daniel Baptista. 2004. *A Política Agrícola e Rural Comum e a União Europeia*. S. João do Estoril – Cascais: Principia, Publicações Universitárias e Científicas.
- Cunha, Luís. 2006. Do Contrabando à Indústria de Torrefacção de Café em Campo Maior. *Etnográfica* 10 (2): 251-262.
- Farinha, José Carlos, org. 2000. *Percursos – Paisagens e Habitats de Portugal*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Ferrão, João, e Raul Lopes. 2003. Zones rurales et capacité entrepreneuriale au Portugal: pratiques, représentations, politiques, *Géographie, Économie, Société* 5 (2): 139-160.
- Figueiredo, Elisabete. 2003. Quantas mas “aldeias típicas” conseguimos suportar? Algumas reflexões a propósito do turismo como instrumento de desenvolvimento local em meio rural. In *TERN: Turismo em Espaços Rurais e Naturais*, org. Orlando Simões, e Artur Cristóvão, 65-81. Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra.
- García González, Leandro. 2004. Los Grandes Ejes Territoriales Turísticos Peninsulares: La dificultad de Planificar, Articular y Consolidar Productos Turísticos Espaciales. El ejemplo de La Via de La Plata. *Cuadernos geográficos* 34: 145-162, on-line em <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/171/17103409.pdf> (acesso em 8/11/2007).
- Godinho, Paula. 2006. *Aporias do “popular”: a Festa dos Rapazes de Varge, novas produções rituais e patrimonialização*. Lição de Agregação em Antropologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Godinho, Paula. 1995. O Contrabando como estratégia Integrada nas Aldeias da Raia Transmontana. *A trabe de Ouro* II, Ano VI: 209-222. Santiago de Compostela: Sotelo Blanco.
- Graburn, Nelson. 1978. Tourism: the sacred journey. In *Hosts and Guests. The Anthropology of Tourism*, org. Valène Smith, 17-33. Filadélfia: University of Pennsylvania Press.
- Gravari-Barbas, Maria, org. 2005. *Habiter le patrimoine. Enjeux, approches, vécu*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes.
- Gregório, Artur Filipe. 2005. O ecomuseu rural das serras do Algarve – serra do Caldeirão – Uma estratégia de desenvolvimento local participado, centrado na identidade cultural da serra do Caldeirão, *Actas das III Jornadas/Congresso do Arquivo de Beja – Culturas, Identidades e Globalização*, Tomo I: 263-272. Beja: Câmara Municipal de Beja.
- Handler, Richard, e Eric Gable. 1997. *The New History in an Old Museum: Creating the Past at Colonial Williamsburg*. Durham, Londres: Duke University Press.
- Harkin, Michael. 1995. Modernist anthropology and tourism of the authentic, *Annals of Tourism Research* 22 (3): 650-670.
- INE – Instituto Nacional de Estatística. 2002. *XIV Recenseamento Geral da População. Portugal (2001)*. Resultados definitivos.
- Kirshenblatt-Gimblett, Barbara. 1998. *Destination Culture. Tourism, Museums, and Heritage*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press.
- Leal, Catarina Mendes. 2001. *O Turismo Rural e a União Europeia. Uma realidade em Expansão. Guia prático de Investimento*. Coimbra: Almedina.
- Lowenthal, David. 1998. *The Heritage Crusade and the Spoils of History*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lowenthal, David. 1985. *The Past is a Foreign Country*. Cambridge: Cambridge University Press.



- Manso, Norberto de Oliveira. 2006. Contrabando e economia rural, *Actas das Jornadas do Contrabando*, 35-39. Sabugal: Empresa Municipal.
- Mathieu, Nicole. 1996. Rural et urbain: unité et diversité dans les évolution des modes d'habiter. In *L'Europe et ces Campagnes*, org. M. Jollivet, N. Eizner, 187-199. Paris: Presses de la Fondation Nationale de Sciences Politiques.
- Narotzky, Susana, e Gavin Smith. 2006. *Immediate Struggles, People, Power and Place in Northern Spain*. Berkeley: University of California Press.
- Nash, Denison. 1992. Epilogue: a research agenda on the variability of tourism. In *Tourism Alternatives*, org. Valène Smith, e William Eadington, 216-226. Filadélfia: University of Pennsylvania Press.
- Neto, Maria João Baptista. 2001. *Memória, Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
- Nilsson, Per Ake. 2002. Staying on farms, an ideological background, *Annals of Tourism Research* 29 (1): 7-24.
- OCDE. 1994. *Tourism Strategies and Rural Development*. Paris, OCDE.
- Peixoto, Paulo. 2004. A identidade como recurso metonímico dos processos de patrimonialização, *Revista Crítica de Ciências Sociais* 70: 183-204.
- Pereiro, Xerardo. 2003. Patrimonialização e transformação das identidades culturais. In *Portugal Chão*, org. José Portela, e João Castro Caldas, 231-248. Oeiras: Celta.
- Pérez, Edelmira. 2002. Lo rural y la nova ruralidad. In *Políticas, Instrumentos y Experiencias de Desarrollo Rural en América Latina y Europa*, org. Edelmira Pérez Correa, José Maria Sumpsi, 15-30. Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación.
- Poulot, Dominique. 2006. *Patrimoine et musées. L'institution de la culture*. Paris: Hachette Supérieur.
- Prats, Llorenç. 2004 (1997). *Antropología y patrimonio*. Barcelona: Editorial Ariel, S.A.
- Pujadas, Joan J. e Albert Moncusí. 2005. Parques naturales y reservas etnológicas: apoteosis de uso instrumental del patrimonio al servicio del turismo en un área fronteriza del pirineo Catalan, *Actas das III Jornadas/Congresso do Arquivo de Beja – Culturas, Identidades e Globalização*, Tomo I, 103-116. Beja, Câmara Municipal de Beja.
- Ribeiro, Manuela. 2003. Espaços rurais como espaços turísticos: reflexões em torno da construção da oferta de Turismo em Espaço Rural em Portugal. In *Portugal Chão*, org. José Portela, e João Castro Caldas, 199-216. Oeiras: Celta.
- Rogers, Alan. 1989. People in the Countryside. In *The Rural Idyll*, org. G.E. Mingay, 103-130. Londres: Routledge.
- Rosas Mantecón, Ana. 2005. Las disputas por el patrimonio. Transformaciones analíticas y contextuales de la problemática patrimonial en México. In *La antropología urbana en México*, org. Néstor García Canclini, 60-95. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica.
- Samuel, Raphael. 1994. *Theatres of Memory*. London: Verso
- Sharpley, Richard. 1999. *Tourism, Tourists and Society*. Huntingdon: Elm Publications.
- Sharpley, Richard, e Julia Sharpley. 1997. *Rural Tourism: An Introduction*. Oxford: International Thomson Business Press.
- Silva, Luís. 2007a. *Processos de Mudança nos Campos: O Turismo em Espaço Rural*. Tese de doutoramento, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Silva, Luís. 2007b. Sortelha e Monsaraz: estudo de caso de dois lugares turísticos no interior de Portugal, *Análise Social* vol. XLII (184): 853-874.

- Silva, Luís. 2007c. A procura do turismo em espaço rural, *Etnográfica* vol. 11 (1): 141-163.
- Silva, Luís. 2000. *Identidade Nacional: práticas e representações num contexto de fronteira*. Tese de mestrado, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Sobral, José Manuel. 2004. O genuíno, o espúrio e a identidade local: um estudo de caso das políticas de património em meio rural, *Etnográfica* VIII (2): 243-271.
- Sousa, Carla. 2007/2008. Tourist Patrimonialization: Ethnography and Power in a Portuguese Village, *Revista Encontros Científicos* 3: 78-85.
- Torga, Miguel. 1984 (1944). Fronteira. In *Novos Contos da Montanha*, 25-36. Coimbra.
- Tuan, Yi-Fu. 1974. *Topophilia: A Study of Environmental Perception, Attitudes, and Values*. New Jersey: Prentice-Hall.
- Uriarte, Luís Manuel. 1994. *La Codosera – Cultura de Frontera y Fronteras Culturales en la Raya Luso-Extremeña*. Mérida: Asamblea de Extremadura.
- Valcuende del Río, José María. 1998. *Fronteras, Territorios e Identificaciones Colectivas: Interacción social, Discursos Políticos Y Procesos Identitarios en la Frontera Sur Hispano-Portuguesa*. Sevilha: Fundación Blas Infante.